

ENVELHECIMENTO HUMANO E SAÚDE: DESAFIO AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Andréia Ferreira de Souza⁽¹⁾;

Débora Lenise da Silva Félix⁽²⁾;

Michelle Patrícia Trajano⁽³⁾;

Orientador: Ana Elza Oliveira Mendonça⁽⁴⁾;

⁽¹⁾ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: andréia_renier@hotmail.com

⁽²⁾ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: deboralenisefelix@hotmail.com

⁽³⁾ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: michelle_enfa@hotmail.com

⁽⁴⁾ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: anaelzaufnr@gmail.com

RESUMO

Objetivou-se no presente estudo descrever a produção científica sobre o envelhecimento humano e saúde realizando uma breve análise sobre os desafios as políticas públicas. Trata-se de uma revisão de literatura realizada por meio de busca online no mês de setembro de 2016, através do levantamento bibliográfico de produções científicas, disponíveis nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e outras fontes como livros e revistas científicas. Foram utilizados os seguintes descritores: “envelhecimento”, “saúde” e “políticas públicas”, segundo a classificação dos Descritores em Ciências da Saúde (DECS). Foram selecionados 10 artigos científicos, publicados entre setembro de 2010 a setembro de 2016, redigidos em língua portuguesa, disponíveis no formato de texto completo. O crescimento vertiginoso da população idosa, o despreparo de profissionais e gestores de saúde quanto à complexidade do processo de envelhecimento e as suas reais necessidades, se configuram como desafios a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas ao idoso. Assim, é essencial uma maior atenção à saúde do idoso, pois o envelhecimento humano é cercado por dimensões e implicações morais que atingem boa parte da população. Assim, ressalta-se a necessidade de um melhor planejamento de políticas públicas voltadas aos idosos em nosso país.

Palavras-chave: Envelhecimento. Saúde. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo multidimensional que ocorre de maneira gradativa, dinâmica e progressiva no qual se acentuam alterações funcionais, bioquímicas e morfológicas que afetam o funcionamento do organismo. Representa a integração de vários fenômenos biológicos (molecular, celular, tecidual e orgânico do indivíduo), psíquicos (relação das dimensões cognitivas e psicoafetivas), culturais e sociais que se tornam constantes alvos de discussão, principalmente por envolver áreas da atenção à saúde do idoso ou uso de políticas públicas (ROMMEL; FECHINE;

TROMPIERI, 2012; VITORINO; MIRANDA; WITTER, 2012; MOREIRA, 2013; PIUVEZAM et al., 2016).

Com esse entendimento, o envelhecimento deve ser visto como fenômeno global que teve início em países desenvolvidos e em desenvolvimento, nos quais ocorre um crescente aumento do percentual do número de idosos em comparação com os outros grupos etários da população total. Assim, estudos sobre essa categoria social são bastante significativos, pois refletem a mudança ocorrida no Brasil e impele o Estado a repensar suas ações na área de saúde (PEREGRINO et al., 2012; VITORINO; MIRANDA; WITTER, 2012; MONTEIRO, 2013; SCHMINSKI; VIEIRA, 2016).

As alterações enfrentadas no período de envelhecimento ocorrem em ritmos diferentes para cada pessoa. Alguns demonstram que do ponto de vista do “sujeito com mais idade” a saúde passa a representar uma das primeiras preocupações (GRAEFF, 2014).

A promoção da saúde durante o envelhecimento precisa ser organizado em esferas de âmbito político-administrativo (federal, estadual e municipal), obedecendo a normatização das diretrizes jurídico-políticas nacionais, regionais ou locais (PEDRO, 2013).

Neste sentido, Mendonça; Silva (2014) destacam que o acesso a saúde pública é um direito fundamental de todos, bem como, uma das premissas básicas no exercício da cidadania, com forte posição de destaque e adquirido mediante Constituição Federal de 1988. A promoção, o cuidar em saúde e o atual bem-estar estão diretamente relacionados com a dignidade da pessoa humana e também são princípios fundamentais garantidos através do art. 1º, III. Dessa forma, o Estado é responsável pela implementação de políticas públicas de saúde voltadas a promover uma assistência digna para atender aos milhões de brasileiros que precisam de atendimento.

Atualmente há uma verdadeira “crise da saúde pública”, traduzida pela carência de profissionais qualificados, recursos financeiros, administrativos, provocada por falha de gestão ou de Políticas Públicas que realmente subsidiem à melhoria da qualidade do atendimento, ações e cuidados à população idosa (SANTOS et al., 2014). Para enfrentar os desafios dessa realidade, faz-se necessário um esforço interdisciplinar, com vistas a implantar condições favoráveis (objetivas e subjetivas) para o envelhecimento íntegro, saudável e efetiva integração social do idoso no Brasil (PEREGRINO et al., 2012; PEDRO, 2013).

Frente a relevância de uma reflexão sobre essa temática e a necessidade de compreender o papel do poder público na elaboração e implementação de políticas, que venham a contribuir para a melhoria da qualidade de vida do idoso, justifica-se a realização do presente estudo. No qual se

objetivou descrever a produção científica sobre o envelhecimento humano e saúde realizando uma breve análise sobre os desafios as políticas públicas.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que segundo Lakatos e Marconi (2010, p. 167) “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

A pesquisa foi realizada por meio de busca online no mês de setembro de 2016, através do levantamento bibliográfico de produções científicas, disponíveis nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e outras fontes como livros e revistas científicas. Foram utilizados os seguintes descritores: “envelhecimento”, “saúde” e “políticas públicas”, cruzados através do moderador booleano “AND”, segundo a classificação dos descritores em ciências da saúde (DECS).

Para a elaboração do estudo, foram levantadas as seguintes questões de pesquisa: qual é o principal desafio das políticas públicas diante da perspectiva de envelhecimento humano e saúde? Por que as políticas públicas voltadas à saúde do idoso são vistas como insuficientes?

Com o cruzamento dos descritores, foram localizados 32 artigos. Para a seleção dos estudos pertinentes foram adotados os seguintes critérios de inclusão: artigos que abordassem a temática e contribuíssem para responder as às questões de estudo propostas. Por tratar-se de uma análise nacional, foram recrutados artigos redigidos em língua portuguesa (Brasil), disponíveis no formato de texto completo. Foram excluídos artigos duplicados nas bases pesquisadas e que não contribuíssem para elucidar o objeto de estudo. Após a leitura detalhada dos textos na íntegra, foram selecionados 10 artigos.

A seguir procedeu-se a análise sistematizada dos artigos, obedecendo todas as etapas que constituem o processo de revisão de literatura: levantamento bibliográfico preliminar; leitura exploratória e seletiva; análise e interpretação dos dados e elaboração do texto apresentando os resultados da pesquisa (GIL, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A produção científica sobre as políticas públicas voltadas ao envelhecimento humano e saúde, revelou haver interesse crescente dos pesquisadores e profissionais de saúde sobre a

temática, sendo selecionados estudos publicados entre setembro de 2010 a setembro de 2016, porém, o ano de 2013 foi o que contribuiu com o maior número de estudos. Observou-se também que a maioria dos artigos foram produzidos e publicados na Região Sudeste do Brasil.

O envelhecimento humano é um processo natural, e o número crescente de idosos no Brasil, vem se configurando como enorme desafio a ser enfrentado pelos gestores. Dentre os fatores que contribuíram para esse fenômeno de envelhecimento populacional, destaca-se o aumento da expectativa de vida. Entretanto, a sociedade não se preparou para essa mudança, perpetuando ainda a respeito do idoso, a representação que o declínio físico e incapacidade ampliam a decadência mental e social (MOREIRA et al., 2013).

A fase de velhice é capturada e tutelada diante de uma lógica do cuidado que retira a autonomia e liberdade dos sujeitos, estabelecendo regras e padrões segundo a lógica capitalista do mundo contemporâneo (REIS; HERCHET, 2012). Sobre essa proposição, Graeff (2014) aponta o seu entendimento informando que: “velhice não é sinônimo de doença, nem, aliás, de fragilidade. Existem distintas realidades vividas em idade mais avançada”.

O envelhecimento no Brasil é visto como um “território de lutas e conquistas”, que necessita urgentemente de políticas públicas voltadas a atender a demanda dos próximos anos e que denotem aprimoramento e inovação, uma vez que ocorre uma grande dificuldade de adequação dos serviços, tanto da estrutura física ou uso de tecnologias, quanto à escassez de profissionais capacitados para trabalhar com idosos (BRITO et al., 2013; PEDRO, 2013).

As mudanças na comunidade, família e contexto nos serviços de saúde implicam um desafio, haja vista que, caso assumam que os idosos precisam manter-se nas comunidades o maior tempo possível, as iniciativas podem negligenciar o papel das instituições que apóiam o grupo da terceira idade (BRITO et al., 2013; SANTINHA; MARQUES, 2015).

No aspecto das políticas públicas que apresentem como preocupação a saúde da população, estas devem visar à melhoria das condições de vida da população sem limitar ou aniquilar as liberdades individuais de forma injustificável, impondo estilos de vida e principalmente tornando o cuidado à saúde como uma obrigação do indivíduo (GAUDENZI; SCHRAMM, 2010).

Na teoria a legislação brasileira tem se firmado através de diversas portarias, leis e documentos para respeitar os direitos humanos, porém, na prática essa medida é insatisfatória, as inúmeras barreiras burocráticas e políticas impedem o bom desenvolvimento das ações voltadas aos idosos (MOREIRA, 2013; SCHMINSKI; VIEIRA, 2016).

Nesse sentido, os idosos abalam de maneira modelizada o agir das políticas públicas em termos de funcionamento, através dos seus modos de vida, perturbam e provocam intervenções em especial da política de assistência social (REIS; HERCHET, 2012). Pois, a saúde é um direito universal para todo ser humano, sendo um papel das políticas públicas atender as especificidades dos grupos vulneráveis com vistas a estabelecer uma sociedade inclusiva para todas pessoas, independentemente da idade (GRAEFF, 2014).

As avaliações das políticas públicas são cada vez mais recorrentes, pois, há uma maior exigência por parte dos princípios democráticos de caráter universal para a liberação de seus recursos (LAISNER; MARIO, 2014). Nesse contexto, a avaliação da qualidade dos serviços de saúde tornou-se uma importante estratégia, sendo amplamente utilizada em todo o mundo para garantir a linha da prestação de cuidados adequados na área da saúde e ganhando vertentes e dimensões através da demanda de financiadores, prestadores de serviço, profissionais do atendimento ao público em geral (MACHADO; MARTINS; MARTINS, 2013).

Assim, a avaliação em saúde precisa ser pensada como instrumento estratégico de gestão e controle social a partir de dois pressupostos fundamentais: primeiro, considerar a avaliação não é um mero elemento do ciclo das políticas públicas. Segundo, quanto à dimensão técnico-metodológica do processo avaliativo, já que se torna imprescindível superar a visão de avaliação somente técnica. Dessa forma, o conceito de qualidade precisa prevalecer nos vários cenários e contextos sociais, justificando a necessidade de aprimoramento do desempenho e desenvolvimento organizacional dos serviços ofertados durante o cuidado com a saúde (LAISNER; MARIO, 2014).

CONCLUSÃO

A temática do envelhecimento saudável é atual e de extrema relevância, uma vez que configura o propósito da continuidade da vida, dignidade da pessoa humana e seguridade social, principalmente quando se observa uma tendência de supressão dos direitos estabelecidos pela Constituição e a constante minimização de sua aplicabilidade.

Frente ao crescimento vertiginoso da população idosa, observa-se o despreparo e desconhecimento de profissionais e gestores de saúde quanto à complexidade do processo de envelhecimento e as suas reais necessidades, configurando-se enquanto desafios a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas ao idoso.

Assim, ressalta-se a necessidade de se refletir para entender e transformar a realidade, visando a superação dos problemas atualmente enfrentados na área de gestão e de saúde pública. Uma vez que, irão demandar mudanças na forma de pensar e agir socialmente, dentro de uma nova abordagem para a criação de um modelo de atenção que preserve a integridade dos sujeitos considerando os aspectos biológicos, físicos, afetivos e sociais.

Apesar de o envelhecimento humano ser um processo natural e dinâmico, deve-se considerar a singularidade humana, daí a importância de se escutar as pessoas idosas para que haja desenvolvimento de estratégias voltadas a ampliar o protagonismo, a participação social e a busca de novas alternativas tecnológicas na promoção de um envelhecimento humano digno e saudável. Justificando assim, a necessidade de estudos que avaliem a necessidade e a aplicabilidade das políticas de saúde voltadas aos idosos no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRITO, Maria da Conceição Coelho et al. Envelhecimento populacional e os desafios para a saúde pública: análise da produção científica. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 16, n. 3, p.161-178. June. 2013, São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP. Disponível em: <<file:///C:/Users/Andr%C3%A9ia%20Souza/Downloads/18552-46591-1-SM.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

GAUDENZI, Paula; SCHRAMM, Fermin Roland. A transição paradigmática da saúde como um dever do cidadão: um olhar da bioética em Saúde Pública. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 14, n. 33, p. 243-255, June. 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832010000200002&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 03 ago. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas; 2010.

GRAEFF, Bibiana. Envelhecimento, velhice e saúde: transformando o invisível em visível. **Rev. Dir. Sanit.**, São Paulo v.15 n.1, p. 77-82, mar./jun. 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/Andr%C3%A9ia%20Souza/Downloads/82807-114600-1-SM.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

LAISNER, Regina Cláudia; MARIO, Camila Gonçalves de. Os desafios da avaliação de políticas públicas como instrumento estratégico de gestão e de controle social. **Rev. Pol. Públ.**, São Luís, v. 18, n. 2, p. 619-630, jul./dez. 2014. Disponível em: <[file:///c:/users/andr%C3%A9ia%20souza/downloads/os_desafios_da_avalia%C3%87%C3%83o_de_pol%C3%8dticas_p%C3%9ablicas_como_instrumento%20\(1\).pdf](file:///c:/users/andr%C3%A9ia%20souza/downloads/os_desafios_da_avalia%C3%87%C3%83o_de_pol%C3%8dticas_p%C3%9ablicas_como_instrumento%20(1).pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, Juliana Pires; MARTINS, Ana Cristina Marques; MARTINS Mônica Silva. **Avaliação da qualidade do cuidado hospitalar no Brasil: uma revisão sistemática.** Rio de Janeiro (RJ), 2013, Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 29, n. 6, p. 1063-1082, junho 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013000600004 >. Acesso em: 03 ago. 2016.

MENDONÇA, Márcia Helena; SILVA, Marco Antônio Monteiro. Vida, dignidade e morte: cidadania e mistanásia. **Rev. Iusgentium**, v. 9, n. 6, 2014. Disponível em: < <http://www.grupouninter.com.br/iusgentium/index.php/iusgentium/article/view/150/124> >. Acesso em: 03 ago. 2016.

MONTEIRO, Edvaldo Cavalcante. O envelhecimento populacional e a prática da assistência social no Estado do Ceará: uma análise à luz da Política Nacional do Idoso. **Revista Kairós Gerontologia**, 16(2), pp. 129-141, 2013. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP. Disponível em: < <file:///C:/Users/Andr%C3%A9ia%20Souza/Downloads/17636-44179-1-SM.pdf> >. Acesso em: 03 ago. 2016.

MOREIRA, Ramon Missias et al. Qualidade de vida, Saúde e Política Pública de Idosos no Brasil: uma reflexão teórica. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 16, n. 2, p.27-38. 2013. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP. Disponível em: < <file:///C:/Users/Andr%C3%A9ia%20Souza/Downloads/17629-44160-1-SM.pdf> >. Acesso em: 03 ago. 2016.

PEDRO, Wilson José Alves. Reflexões sobre a promoção do Envelhecimento Ativo. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 16, n. 5, p.09-32. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP. Setembro, 2013. Disponível em: < [file:///C:/Users/Andr%C3%A9ia%20Souza/Downloads/18506-46498-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Andr%C3%A9ia%20Souza/Downloads/18506-46498-1-SM%20(1).pdf) >. Acesso em: 03 ago. 2016.

PEREGRINO, Antônio Augusto de Freitas et al. Buscando a inserção dos idosos nas ações de promoção social e de saúde. **Rev. enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, 2012 out/dez, v. 20, n. 4, p. 513-518. Disponível em: < <http://www.facenf.uerj.br/v20n4/v20n4a17.pdf> >. Acesso em: 03 ago. 2016.

PIUVEZAN, Grasiela et al. Atenção primária à saúde e os idosos institucionalizados: a perspectiva da gestão municipal no Brasil. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**, v. 34, n. 1, jan/abr. 2016, p. 92-100. Disponível em: < <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S087090251500040> >. Acesso em: 03 ago. 2016.

REIS, Cleilson Teobaldo dos; HECKERT, Ana Lúcia Coelho. Velhice como intervenção nos modos de vida. **Arq. Bras. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 1, p. 95-110, abr. 2012. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672012000100008&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 03 ago. 2016.

ROMMEL, Basílio; FECHINE, Almeida; TROMPIERI, Nicolino. O processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. **Revista Interscienceplace**. Ed. 20, v. 2, jan./mar 2012, p. 123 a 194. Disponível em: < <http://ftp.interscienceplace.org/isp/index.php/isp/article/view/196> >. Acesso em: 03 ago. 2016.

SANTINHA, Gonçalo; MARQUES, Sara. Ambiente construído, saúde pública e políticas públicas: uma discussão à luz de percepções e experiências de idosos institucionalizados. **Rev. Saúde Soc.**,

São Paulo, v. 24, n. 3, p. 1047-1060, Set. 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902015000301047&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 03 ago. 2016.

SANTOS, Daniel Abreu et al. Reflexões bioética sobre a eutanásia a partir de caso paradigmático. **Rev. bioét.**, v. 22, n. 2, p. 367-72, 2014. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422014222018> >. Acesso em: 03 ago. 2016.

SCHMINSKI, Vieira Roseli; VIEIRA, Reginaldo de Souza. Saúde do idoso e execução da política nacional da pessoa idosa nas ações realizadas na atenção básica à saúde. **Rev. Dir. Sanit.**, São Paulo v.17 n.1, p. 14-37, mar./jun. 2016. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/117042/114640> >. Acesso em: 03 ago. 2016.

VITORINO, Sueli dos Santos; MIRANDA, Maria Luiza Jesus; WITTER, Carla. Educação e envelhecimento bem-sucedido: reflexões sobre saúde e autocuidado. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 15, p. 3, p. 29-42. São Paulo (SP), Brasil, 2012. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/7531/10183> >. Acesso em: 03 ago. 2016.

